

## Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec

CNPJ 01.715.975/0001-69

Curitiba - PR

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores em milhares de Reais)

#### Nota 1. Contexto Operacional

O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec foi constituído em 6 de fevereiro de 1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Atua por meio de ações educacionais, produção e divulgação de informações de conhecimento técnico e científico, estudos, pesquisas, desenvolvimento de protótipos, processos e sistemas de base tecnológica. O endereço registrado do escritório do Instituto é Avenida Comendador Franco, nº 1341, Curitiba, Paraná.

Os associados em 31 de dezembro de 2019 são: Companhia Paranaense de Energia - Copel, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP e Associação Comercial do Paraná – ACP.

#### Isenção Tributária

Por constituir-se como Associação sem fins lucrativos de caráter científico (artigo 15, c/c § 3º do artigo 12, ambos da Lei nº 9.532/97) o Instituto, de acordo com a Legislação Tributária brasileira, é isento do pagamento de impostos e contribuições federais.

#### Nota 2. Base de Preparação

##### a) Declaração de Conformidade (com Relação às Normas do CPC)

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Federal de Contabilidade, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Instituto em 06 de março de 2020.

##### b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 6 – Contas a receber (Perdas estimadas para créditos duvidosos);

Nota 10 – Imobilizado próprio e vinculado a projetos; e

Nota 15 – Provisão para contingências.

**Nota 3. Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

**a) Instrumentos Financeiros****Ativos Financeiros Não Derivativos**

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



O Instituto tem o seguinte ativo financeiro não derivativo:

#### Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes a caixa, clientes e outros créditos.

#### Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

#### Passivos Financeiros Não Derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais canceladas ou liquidadas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **b) Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

#### **c) Imobilizado Próprio e Vinculado a Projetos**

##### Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### Imobilizado Vinculado a Projetos

Os valores recebidos das instituições financiadoras, sociedade de economia mista e empresa pública, através de termo de cooperação e termo de parceria para a execução de projetos são aplicados e os registros contábeis ocorrem em rubricas específicas, classificadas no ativo e passivo não circulante, não afetando o resultado do Instituto.

#### Custos Subsequentes

Gastos subsequentes na reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **d) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)**

##### Ativos Financeiros (Incluindo Recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido é indicação de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

O Instituto considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### **Ativos Não Financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado, as perdas reconhecidas em anos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Quanto as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **e) Benefícios de Curto Prazo Empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **f) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **g) Apuração do (Déficit) Superávit**

As receitas, os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



#### **h) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### **i) Adoção IFRS 16 – Arrendamento Mercantil**

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Instituição realizou um levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando em incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo de direito de uso representa R\$ 15.970, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 4.259 no passivo circulante, e R\$ 11.711 no passivo não circulante.

#### **Nota 4. Gerenciamento do Risco**

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, juntamente com seus conselhos de administração e fiscal.

##### **a) Riscos de Crédito**

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e em títulos de investimento.

Contas a Receber e Outros Recebíveis

O Instituto estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com o contas a receber e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são os itens de perda específicos relacionados a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já foram incorridas, porém ainda não identificadas.

## Investimento

O Instituto limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### b) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

### c) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Instituto, buscando a eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### Gerenciamento do Capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter os investimentos necessários e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora as atividades desenvolvidas pelo Instituto bem como os resultados das atividades operacionais sobre o capital.

## Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Caixa e Bancos	1.234	1.046
Aplicações Financeiras	27.290	22.962
	<u>28.524</u>	<u>24.008</u>

As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras foram remuneradas em média à taxa de 100,07% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31/12/2019 e 102,95% em 31/12/2018.

**Nota 6. Contas a Receber de Clientes**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
No País	10.778	10.707
(-) Perdas Estimadas para Créditos Duvidosos	(802)	(1.170)
	9.976	9.537
Parcelas Classificadas no Ativo Circulante	9.100	9.009
Parcelas Classificadas no Ativo Não Circulante	876	528

**Ativo Circulante**

Os saldos do contas a receber referem-se aos serviços prestados durante o ano de 2019.

**Ativo Não Circulante**

Os valores a receber registrados no não circulante são relativos à prestação de serviço que estão em cobrança através de ação de execução de título extrajudicial.

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Construtora Triunfo	876	528
	<u>876</u>	<u>528</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Valores a Vencer	7.360	6.328
Vencidos há 30 dias	1.414	1.973
Vencidos de 31 a 90 dias	42	495
Vencidos de 91 e 180 dias	132	76
Vencidos Acima de 180 dias	1.830	1.835
	<u>10.778</u>	<u>10.707</u>

A Administração do Instituto considerou os valores de provisão suficientes para cobrir eventuais perdas.

**Nota 7. Adiantamentos Diversos**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Adiantamentos a Funcionários	415	558
Adiantamentos a Fornecedores	339	1.791
Outros	169	278
	<u>923</u>	<u>2.627</u>

Em “Adiantamento a funcionários” estão registrados os adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salário, férias, viagens (nacional e internacional) e cursos.

Em “Adiantamentos a fornecedores” são registrados os valores adiantados para fornecedores de prestação de serviços e fornecedores de materiais de consumo, principalmente referente a importações de materiais para serem aplicados na prestação dos serviços.

**Nota 8. Impostos a Recuperar**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Ativo Circulante</b>		
Impostos Federais a Recuperar	121	121
	<u>121</u>	<u>121</u>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
ISS a Recuperar Manaus Energia	-	178
(-) Perdas Estimadas para Créditos Duvidosos	-	(178)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em “Impostos federais a recuperar” são registrados os valores de IRRF, PIS, COFINS e CSSL, impostos que foram retidos das notas fiscais e faturas do Instituto e que será pedido restituição com base em processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil conforme determina a legislação.

Em “ISS a recuperar Manaus Energia” foram registrados os saldos de valores que foram discutidos por meio de medida administrativa junto à prefeitura de Manaus para recuperar o ISS que foi retido sobre a alíquota de 5%, quando naquele município a alíquota era de 2%. Em 2013 foi constituído provisão para perda de crédito. Em 2019 este saldo foi baixado por arquivamento do processo.

### Nota 9. Cessão de Uso dos Laboratórios UFPR

O Instituto possui contrato de concessão de uso outorgada pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, permitindo o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas em parceria com a UFPR mediante a utilização dos laboratórios e de seus instrumentos, equipamentos, materiais e demais instalações existentes, desde que não interfira, nem conflite com as atividades-fim das partes.

O contrato, nº 23075.221090/2017-59, termo de concessão 007/2018, de 10/10/2018, com aditivo nº 4578 de 30/10/2019, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de aproximadamente R\$ 355 nos quarenta e cinco meses restante de contrato à serem pagos pelo Instituto à UFPR.

Portanto, em 31 de dezembro de 2019 o ativo de direito de uso representa R\$ 15.970, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 4.259 no passivo circulante, e R\$ 11.711 no passivo não circulante.

### Nota 10. Imobilizado

#### a) Imobilizado Próprio

	Taxa de Depreciação a.a. (%)	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Móveis e Utensílios	6,25%	837	728
Máquinas e Equipamentos	6,25%	54.199	50.157
Equipamentos de Informática	16,67%	4.111	3.141
Sistemas Aplicativos	20,00%	3.813	3.399
Veículos	14,29%	548	475
Edificações	4%	12.390	12.306
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	5%	614	614
Ferramentas	20,00%	10	-
Imobilizado em Andamento	-	214	-
		<b>76.736</b>	<b>70.820</b>
Depreciação Acumulada		<b>(36.053)</b>	<b>(31.885)</b>
		<b>40.863</b>	<b>38.935</b>

#### Movimentação do Custo

	31 de Dezembro de 2019						Valor Residual Líquido em 31/dez./19
	Valor Residual Líquido em 01/jan./19	Adições	Doações Recebidas	Baixas	Transferência	Depreciação e Amortização	
Móveis e Utensílios	330	119	-	(4)	-	(28)	417
Máquinas e Equipamentos	26.618	4.366	-	(192)	-	(2.939)	27.853
Equipamentos de Informática	1.567	1.009	-	(11)	-	(453)	2.112
Sistemas Aplicativos	894	415	-	-	-	(438)	871
Veículos	60	74	-	-	-	(19)	115
Edificações	8.971	22	-	-	63	(435)	8.621
Benfeitorias em Propriedades de Terceiro	495	-	-	-	-	(25)	470
Ferramentas	-	11	-	-	-	(1)	10
Imobilizado em andamento	-	277	-	-	(63)	-	214
	<b>38.935</b>	<b>6.293</b>	<b>0</b>	<b>(207)</b>	<b>0</b>	<b>(4.338)</b>	<b>40.683</b>

## Movimentação do Custo

	31 de Dezembro de 2018						Valor Residual Líquido em 31/dez./18
	Valor Residual Líquido em 01/jan./18	Adições	Doações Recebidas	Baixas	Transferência	Depreciação e Amortização	
Móveis e Utensílios	299	163	-	(101)	-	(31)	330
Máquinas e Equipamentos	22.438	6.912	-	(1.047)	591	(2.276)	26.618
Equipamentos de Informática	1.396	543	2	(21)	-	(353)	1.567
Sistemas Aplicativos	1.338	140	-	(56)	-	(528)	894
Veículos	97	-	-	(19)	-	(18)	60
Edificações	9.367	36	-	-	-	(432)	8.971
Benfeitorias em Propriedades de Terceiro	443	74	-	-	-	(22)	495
Imobilizado em andamento	472	119	-	-	(591)	-	-
	<b>35.850</b>	<b>7.987</b>	<b>2</b>	<b>(1.244)</b>	<b>-</b>	<b>(3.660)</b>	<b>38.935</b>

## Teste ao Valor Recuperável dos Ativos Imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão.

## Reconhecimento da Vida Útil

No exercício corrente o Instituto realizou a avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, reconhecendo os efeitos contábeis de forma prospectiva, de acordo com orientação do CPC 23 – Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

## b) Ativo Imobilizado Vinculado a Projetos

	Taxa de Depreciação a.a. (%)	Valor Residual Líquido em 01/jan./19	Adições	Baixas	Depreciação	Valor Residual Líquido em 31/dez./19
Máquinas e Equipamentos - FINEP	10%	3.843	-	(938)	(961)	1.944
Equipamentos e Acessórios de Informática - FINEP	20%	20	-	(2)	-	18
Móveis e Utensílios - FINEP	10%	4	-	-	(1)	3
Licenças de Software - FINEP	19%	114	-	-	(1)	113
Veículos - FINEP	20%	-	-	-	-	-
		<b>3.981</b>	<b>-</b>	<b>(940)</b>	<b>(963)</b>	<b>2.078</b>

Os ativos imobilizados vinculados a projetos são demonstrados no balanço patrimonial com seu saldo residual igual a zero por terem sido adquiridos com recursos de convênios.

Quando do recebimento do “Termo de Doação” emitido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), os bens patrimoniais serão incorporados aos demais bens do Instituto pelo seu valor residual, e a contrapartida será incorporada ao Patrimônio Líquido pelo seu valor residual.

**Nota 11. Recursos de Convênios em Execução**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Contas Bancárias	-	-
Aplicação Financeira	5.716	3.616
Adiantamentos	4	410
	<b>5.720</b>	<b>4.026</b>
Obrigações com Projetos	(5.720)	(4.026)
	-	-

O saldo registrado no ativo circulante, contas bancárias e aplicação financeira, refere-se aos valores já recebidos das instituições financiadoras dos projetos, os quais serão aplicados na medida da evolução desses projetos, no decorrer do exercício de 2020.

**Nota 12. Obrigações Trabalhistas e Sociais**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Obrigações Sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	1.205	1.191
Encargos sociais sobre férias	1.147	934
	<b>2.352</b>	<b>2.125</b>
<b>Obrigações Trabalhistas</b>		
Salários e Proventos Líquidos	2.000	1.754
Férias	3.125	2.545
Outros	415	402
	<b>5.540</b>	<b>4.701</b>
	<b>7.892</b>	<b>6.826</b>

**Nota 13. Impostos e Contribuições a Recolher**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Ativo Circulante</b>		
Imposto de Renda Retido na Fonte s/Salários	743	700
ISS Sobre o Faturamento	203	222
Parcelamento ICMS	90	-
Outros	112	124
	<b>1.148</b>	<b>1.046</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Parcelamento ICMS	496	-
	<b>496</b>	-

Em “Imposto de renda retido na fonte sobre salários” estão registrados os impostos retidos sobre a folha de pagamento dos funcionários do Instituto.

Em “Outros” estão registrados os valores retidos na fonte sobre pagamentos a pessoa jurídica.

“Parcelamento ICMS”, trata-se de dois autos de infração referente ao ICMS não recolhido sobre os processos de importação de equipamentos e materiais entre o período de jan.2016 à jul.2016. O Instituto não conseguiu êxito no processo administrativo e foi condenado ao pagamento que será em parcelas da seguinte forma: 180 vezes sendo o total da obrigação R\$ 192.220,20 e 60 vezes no montante de R\$ 395.765,77.

#### Nota 14. Arrendamento Mercantil a Pagar

Conforme demonstrado na nota explicativa 9, a empresa apurou os efeitos do IFRS 16 e contabilizou nas demonstrações financeiras 2019.

#### Nota 15. Provisões para Contingências

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

##### Prováveis

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Contingências Trabalhistas	1.010	1.430
Contingências Tributárias	1.198	1.765
	<b>2.208</b>	<b>3.195</b>

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados envolvendo cobrança de horas-extras, insalubridades, equiparação salarial e outros e, também ações de ex-empregados de empresas terceirizadas onde o Instituto tem responsabilidade subsidiária.

As contingências tributárias referem-se a três processos administrativos, sendo dois na esfera federal, referente ao INSS auto de infração nº 37.278.352-0 lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil exigindo a diferença de SAT (Seguro contra Acidentes de Trabalho) dos períodos 06/2007 à 12/2009, o autuante entendeu que o Instituto deveria ter recolhido o SAT na alíquota de 3%, sendo que no período recolheu na alíquota de 2%.

O outro processo consiste no mandado de segurança nº 5007114-53.2010.404.7000/PR com o pedido de afastar da incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas salariais pagas a título de auxílio-doença pago até o 15º dia pelo empregador, auxílio-acidente, aviso prévio indenizado, férias indenizadas e respectivo terço, com a obtenção da liminar o Instituto suspendeu o recolhimento da contribuição previdenciária e está provisionando tais valores até que seja julgado o processo.

Na esfera estadual, o Instituto pleiteia junto à Receita Estadual do Paraná a renovação do convênio de isenção ICMS incidente sobre algumas importações de equipamentos e materiais, sem similar produzido no país, ocorridas em 2016. Até 31/dez./15 através do RICMS/2012, Anexo I item 73, o Instituto gozava da isenção de tal imposto, obedecendo alguns critérios estabelecidos no regulamento do ICMS. Diante da não renovação do convênio que previa a isenção, o Instituto pediu sua renovação e paralelamente o enquadramento de tais importações no item 71 do Anexo I (RICMS/2012), onde este último pedido foi indeferido e ensejou a constituição da provisão. O Instituto não conseguiu êxito no processo administrativo e foi condenado ao pagamento do auto de infração conforme nota explicativa 13.

#### Possíveis

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Contingências Trabalhistas	590	402
Contingências Cíveis	5.797	5.443
	<u>6.387</u>	<u>5.845</u>

Dentro das ações cíveis classificadas como possíveis, o Instituto perdura como réu em quatro ações regressivas, cujo pedido é de restituição de metade dos valores desembolsados pelo autor Companhia Paranaense de Energia – Copel, devidamente atualizados, em quatro ações trabalhistas de unicidade contratual e reintegração ao quadro de empregados da Copel. O pedido de restituição está fundamentado sob o único argumento de que o Instituto figurava na ação trabalhista como responsável solidário pelo título judicial naquela esfera, tendo a Copel realizado os pagamentos integralmente. O Instituto discute pela improcedência do pleito, uma vez que realizou todos os pagamentos que eram devidos enquanto os requerentes das ações trabalhistas foram seus empregados, não havendo valores efetivamente de sua responsabilidade, distinguindo a responsabilidade solidária trabalhista da efetivamente devida.

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis, consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados envolvendo cobrança de horas-extras, insalubridades, equiparação salarial e outros e, também ações de ex-empregados de empresas terceirizadas onde o Instituto tem responsabilidade subsidiária.

### Nota 16. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados para consecução dos objetivos sociais do Instituto.

O superávit do exercício de 2019 foi de R\$ 5.924 (cinco milhões e novecentos e vinte e quatro mil reais) e será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a NBC ITG 2002, em especial ao item 16, que trata da incorporação dos superávits e déficits ao patrimônio social.

O estatuto social, artigo 51, determina a constituição de um fundo de reserva permanente, com doação específica permanente e/ou percentual de 5% (cinco por cento) do superávit do balanço anual. O superávit do exercício de 2018 foi de R\$ 12.238 (doze milhões e duzentos e trinta e oito mil reais), constituindo reserva estatutária no montante de R\$ 611 (seiscentos e onze mil reais) para o exercício de 2018.

O estatuto social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social, ou do superávit apurado aos seus associados, diretores, conselheiros e empregados. Devendo os valores ser aplicados na manutenção das operações do Instituto.

### Nota 17. Receita Operacional Sem Restrição

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Receita de Serviços Prestados – Sem Restrição</b>		
Ensaio e Análises	17.650	18.827
Pesquisa e Desenvolvimento	50.204	53.061
Serviços Tecnológicos	41.965	30.407
Transferência de Conhecimento	824	742
	<u>110.643</u>	<u>103.037</u>
 Receita de Convênios – Com Restrição	 8.029	 7.576
 <b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	 <b><u>118.672</u></b>	 <b><u>110.613</u></b>
<b>Deduções</b>		
Impostos Sobre a Prestação de Serviço	(2.221)	(2.079)
Devoluções e Abatimentos	(2.285)	(614)
<b>Total da Receita Operacional Líquida</b>	<b><u>114.166</u></b>	<b><u>107.920</u></b>

## Nota 18. Custos e Despesas por Natureza

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>		
Pessoal	(51.137)	(47.164)
Serviços de Terceiros	(22.327)	(17.082)
Materiais	(5.578)	(4.715)
Energia Elétrica	(1.834)	(1.575)
Gastos Com Viagens	(4.486)	(4.386)
Depreciação e Amortização	(3.808)	(3.011)
Cessão de Uso Laboratórios da UFPR	(4.404)	(2.655)
Outros Custos	(2.771)	(2.994)
	<b>(96.345)</b>	<b>(83.582)</b>
<b>Custo dos Convênios</b>	<b>(864)</b>	<b>(1.535)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>		
Pessoal	(8.964)	(8.231)
Indenizações Trabalhistas	(126)	(152)
Serviços de Terceiros	(1.480)	(623)
Materiais	(473)	(393)
Energia Elétrica	(19)	(218)
Depreciação e Amortização	(476)	(648)
Cessão de Uso Laboratórios da UFPR	(294)	(179)
Outras Despesas	(948)	(296)
	<b>(12.779)</b>	<b>(10.740)</b>
	<b>(109.988)</b>	<b>(95.857)</b>
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	(96.345)	(83.582)
<b>Custo dos Convênios</b>	(864)	(1.535)
<b>Despesas Administrativas</b>	(12.779)	(10.740)
	<b>(109.988)</b>	<b>(95.857)</b>

### Nota 19. Outras Receitas Operacionais

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Outras Receitas/Despesas</b>		
Receita com Alienação de Ativo Imobilizado	89	120
Receita de Doação	0	2
Receita com Venda de Sucata	25	73
Custo Residual Ativo Alienado	(207)	(1.056)
	<b>(93)</b>	<b>(861)</b>
<b>Resultado das Provisões</b>		
Reversão (constituição) Créditos de Liquidação Duvidosa	367	(223)
Reversão Provisões Trabalhistas	420	217
Constituição Provisões Tributárias	(125)	(181)
	<b>662</b>	<b>(187)</b>
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Outras Receitas/Despesas</b>	<b>(93)</b>	<b>(861)</b>
<b>Resultado das Provisões</b>	<b>662</b>	<b>(187)</b>
	<b>569</b>	<b>(1.048)</b>

### Nota 20. Resultado Financeiro

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Receitas Financeiras</b>		
Descontos Obtidos	60	71
Receitas com Aplicações Financeiras	1.238	825
Varição Cambial Ativa	16	181
Juros Ativos	52	324
	<b>1.366</b>	<b>1.401</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e Encargos	(6)	(11)
Despesas Bancárias	(68)	(70)
Perda Cambial	(52)	(38)
Outras Despesas Financeiras	(62)	(59)
	<b>(188)</b>	<b>(178)</b>

## Nota 21. Instrumentos Financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Instituto não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

### Classificação Dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
<b>Ativos</b>		
Caixa e Bancos	28.524	24.008
Contas a Receber e Outras	9.976	9.537
<b>Passivos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado</b>		
<b>Passivos</b>		
Obrigações Próprias	12.001	12.350

Contas a receber e outras contas a receber – Decorrem diretamente das operações do Instituto, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quanto aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (em média 40 dias).

Fornecedores e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante.

### Riscos de Crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Caixa e Equivalente de Caixa	28.524	24.008
Contas a Receber de Clientes	9.976	9.537
	<b>38.500</b>	<b>33.545</b>

### Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do grupo de “Recebíveis” e “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado”, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31 de Dezembro de 2019	
	Valor Contábil	Valor Justo
Equivalentes de Caixa		
Aplicação Financeira	27.289	27.289
Custo Amortizado		
Contas a Receber de Clientes	9.976	9.976
Fornecedores	2.903	2.903

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações do Instituto, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

### Nota 22. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 o Instituto possui as seguintes coberturas:

- a) **Seguro Empresarial:** cobertura contra os riscos de incêndio, queda de raio, explosões, implosão, equipamentos eletrônicos, derrame d'água, desmoronamento, equipamentos estacionários, furto qualificado de bens, vazamento de tanques e tubulações, impacto de veículos, queda de aeronaves, catástrofes naturais (vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo) e danos elétricos (benfeitorias, máquinas e instalações), sendo que o valor em risco segurado é representado por R\$ 88.700.
- b) **Seguro Auto:** cobertura contra os riscos de danos materiais (colisão e roubo) e danos corporais assegurado pelo valor de mercado com limite máximo de indenização por veículo de R\$ 150.
- c) **Seguro de Responsabilidade Civil:** seguro para administradores, diretores e membros estatutários com cobertura contra riscos por ato danoso, ato danoso inter-relacionado, danos morais, processo administrativos e reclamações sendo que o valor em segurado é de R\$ 10.000.

**Nota 23. Renúncia Fiscal**

O Instituto goza da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme o § 1 do artigo 15 da Lei nº 9.532/97; é isento da COFINS conforme artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35 de agosto de 2001, cujo valores renunciados no exercício fiscal de 2019, caso a obrigação devida fosse, seriam aproximadamente:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
COFINS	<u>3.319</u>	<u>3.091</u>